

Relatório de Atividades e contas
2024



Fun
Conf.
Offms
Ricardo Barroso

Conteúdo

1. INSTITUIÇÃO..... 2

 CARTÃO EMPRESA..... 3

 IPSS – UTILIDADE PÚBLICA 4

 ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO - 2025 6

 QUADRO DE PESSOAL - 2025 7

 ÓRGÃO SOCIAIS – 2024/2027 8

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES..... 9

 RECURSOS HUMANOS 10

 ERPI 11

 SAD – Serviço de Apoio Domiciliário 11

 CRECHE..... 12

 UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados..... 12

 Igreja da Misericórdia..... 12

 APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2024..... 13

3. CONTAS 2024 14

4. MAPAS CONTABILSTICOS 15

CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO 2024 15

 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 52

 PARECER DO CONSELHO FISCAL..... 53

 CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS 55

 APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2023 56



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

1. INSTITUIÇÃO

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre foi constituída entre 1693 e 1715. Funcionou ao longo dos anos na Igreja da Misericórdia, que dispunha adicionalmente de três divisões onde se realizavam as sessões.

No séc. XIX teve forte ação e, em 1918, perante os malefícios da guerra, voltou a desenvolver importante trabalho assistencial. Em 1982 é como que “refundada” pelo Padre José Alves e é a partir daí que nascem as valências do Lar, Creche e Serviço de Apoio Domiciliário e mais recentemente a Unidade de Cuidados Continuados.

A Misericórdia é uma IPSS e hoje, fruto dos acordos com o Instituto de Segurança Social e do apoio do Município, presta apoio a mais de 200 pessoas e tem mais de 100 trabalhadores.

São objetivos da Instituição desenvolver atividades de intervenção social, designadamente os estipulados no Artigo 3º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, e como atividade secundária deve salvaguardar a defesa do património cultural e promover ou apoiar iniciativas que contribuam para o reforço dos direitos sociais e de promoção da coesão social e territorial.

Handwritten signatures and notes:
Humberto
Cruz
Cruz
Humberto
Humberto

CARTÃO EMPRESA



IPSS – UTILIDADE PÚBLICA



MINISTÉRIO DAS TERREIRAS,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL

DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, que se procedeu ao registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração de estatutos foi aprovada em 22/09/2015 pela autoridade eclesiástica competente e o registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 1/96, a fls. 95 e 121 do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado em 14/01/2016, nos termos do n.º 4 do art.º 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação – IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE

NIF – 501 745 963

Sede – Rua General Humberto Delgado, n.º 473 – Montalegre – Vila Real

Fins - Conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de: apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo; apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica; apoio à família e comunidade em geral; apoio à integração social e comunitária; promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa; promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres; habitação e turismo social. Secundariamente: Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não; empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que

DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Terço do Rato 1 1269-44 LISBOA Tel 211 952 950 VoIP 00160 Fax 211 952 952 CDSB 350010001 01

<http://www4 seg-social.pt/3555-direcao-geral-da-seguranca-social>

MIS 000004

[Handwritten signatures and initials]



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Misericórdia de Montalegre
Instituto Social do Município de Montalegre

contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição; atividade agrícola.

Direção-Geral da Segurança Social, em

10 de Maio de 2010

Pelo Diretor-Geral

[Signature]
Rui Santos
(Chefe de Divisão)

PEI

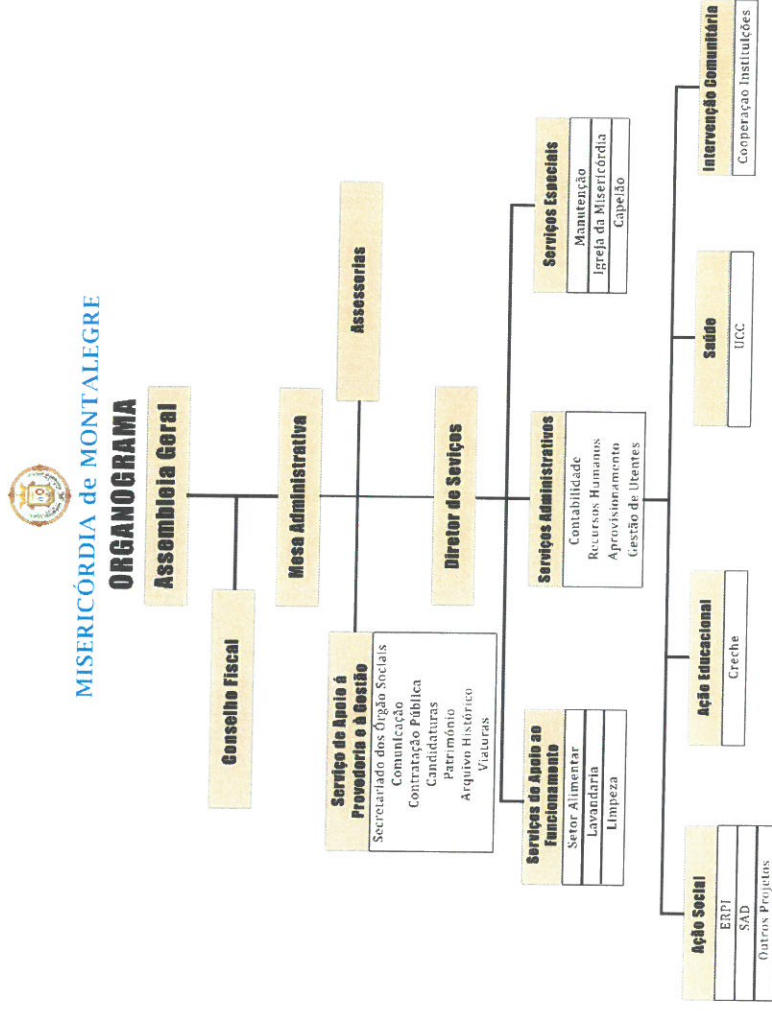
DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Av. do Brasil, 275-276 1550-041 Tel. 219 450 000 - 219 450 002 Fax: 21 219 450 000

21 219 450 000

1550-041 21 219 450 000 21 219 450 002 21 219 450 000 21 219 450 000

ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO - 2025



QUADRO DE PESSOAL - 2025

Perfil Profissional	Profissionais			*Afetação dos Profissionais à Resposta Social			
	Quadro	Previstos	*Ocupados	ERPI	SAD	UCC	CRECHE
Diretor de Serviços da MISERICÓRDIA	0	1	0	0,50	0,05	0,30	0,15
Secretário-Geral (apoio à Provedoria e gestão)	0	1	1	0,50	0	0,50	0
Assistente Administrativo	0	2	2	0,90	0,05	1	0,05
Diretor Técnico ERPI/SAD (Técnico Superior Serviço Social)	1	1	1	0,95	0,05	0	0
Educador Social/ Animadora	3	2	2	1	0	1	0
Encarregado de serviços gerais	1	1	1	0,97	0,03	0	0
Encarregado de setor (serviços gerais)	0	2	2	1	0	1	0
Ajudante de lar e Centro de dia	16	27	22	20	0	1	1
Ajudante de cozinha	6	6	5	4	0,25	0,75	0
Cozinheiro	2	4	4	2	0,30	0,70	1
Operador Lavandaria	0	1	1	0,95	0,05	0	0
Trabalhadores serviços gerais	4	10	27	11	0	15	1
Ajudante familiar/ domiciliário	1	1	1	0	1	0	0
Diretor Técnico UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0
Enfermeiro Coordenador UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0
Enfermeiro (inclui Enf. de Reabilitação)	11	16	17,00	2	0	15,00	0
Médico (inclui fisiatra)	2	3	3	0	0	3	0
Psicólogo	1	1	1	0	0	1	0
Fisioterapeuta	2	2	1,50	0	0	1,50	0
Técnico Superior Serviço Social	2,50	2,50	2,50	0,95	0,05	1,50	0
Terapeuta da Fala	0,20	0	0,20	0	0	0,20	0
Nutricionista	0,20	0	0,20	0	0	0,20	0
Terapeuta Ocupacional	1	1	1	0	0	1	0
Farmacêutico	0,30	0,30	0,30	0	0	0,30	0
Auxiliar ação médica	12	12	3	0	0	3	0
Auxiliar técnico de manutenção	0	1	0,50	0	0	0,50	0
Educador de infância (inclui Diretor Técnico - CRECHE)	3	3	3	0	0	0	3
Ajudante de ação educativa	5	5	5	0	0	0	5
Total		104	46,72	1,83	46,45	10,2	

* Inclui prestação de serviços

ÓRGÃO SOCIAIS – 2024/2027

Handwritten signatures and notes:
Handwritten signature: *Paulo Jorge*
Handwritten signature: *Paulo Jorge*
Handwritten signature: *Paulo Jorge*

Assembleia Geral		
Nome	Cargo	N.º Irmão
José Gonçalves Justo	Presidente	95
Paulo Jorge Baia Barros	Vice-Presidente	187
Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes	Secretária	347

Mesa Administrativa		
Nome	Cargo	N.º Irmão
Fernando José Gomes Rodrigues	Provedor	151
Maria Manuela Flambo Pedreira	Vice-Provedora	441
Alberto Armindo do Braz Moura	Secretário	440
António Dias Henriques	Tesoureiro	379
Paulo Jorge Dias Barroso	Vogal	442
José Avelino Vaz Souto	Vogal Suplente	301
João Jorge Lopes e Silva	Vogal Suplente	287

Conselho Fiscal		
Nome	Cargo	N.º Irmão
João Batista Branco Alves	Presidente	152
Paulo Jorge Miranda da Cruz	Vice-Presidente	426
Alberto Carvalho Martins	Secretário	132
António Maria Batista dos Santos	Suplente	47
João Paulo Branco Gonçalves Barroso	Suplente	415
António Morais da Costa	Suplente	425



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Exmos. Irmãos,

Como determina a lei, vem a Mesa Administrativa apresentar o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência com todos os documentos anexos elaborados pela empresa de contabilidade e pelo Revisor Oficial de Contas.

Apresentamos desde já os documentos essenciais da Instituição, o Organograma, o Mapa de Pessoal geral e a listagem dos Órgãos Sociais.

Numa prática de continuidade o Plano de 2024 reforçava os objetivos anteriores de consolidação tendo em conta a satisfação de uma boa e rigorosa funcionalidade em termos de recursos humanos, serviços, ações e enquadramento financeiro. E mantinha-se a aposta na formação na qualidade dos serviços e na sua melhor prestação dos cuidados aos utentes.

O Plano referia uma série de iniciativas recorrentes e outras novas, sendo condicionado à realidade que durante o ano se verificasse.

Cumpriu-se globalmente o planeamento das ações e levamos a cabo algumas obras de manutenção e conservação, tendo a inflação, as taxas de juro que encareceu empréstimo da UCC, como os aumentos dos vencimentos do pessoal e mais admissões, mas sobretudo os gastos com o antigo sistema de aquecimento, exigido alguma prudência nos investimentos.

A nossa principal ação estava focada na larga beneficiação das instalações, com muitos anos e degradadas, tendo sido lançada a obra de beneficiação do revestimento da UCC e a beneficiação interior do Lar S. José (PARES), que está em fase de acabamento.

Apesar das dificuldades, as contas apresentam saldo positivo.

Montalegre, março de 2025

O Provedor

Fernando Rodrigues

Handwritten signatures and notes in the top right corner.



RECURSOS HUMANOS

A Misericórdia é hoje responsável por mais de 100 postos de trabalho, com uma grande variedade de categorias e qualificações.

Para além de toda a complexidade na legislação laboral, a nossa ação obriga ainda a trabalho em três turnos, manhã, tarde e noite, incluindo fins-de-semana e feriados, o que torna muito difícil o enquadramento desta exigência e das normas legais, para além de dificuldades de conciliar interesses legítimos da vida pessoal e familiar e o trabalho.

Sabemos que é assim, mas fazemos tudo para encontrar sempre as melhores soluções para além do respeito pelos direitos e normas estabelecidas por lei.

Relativamente aos salários este ano foi de recuperação da estabilidade. Tivemos aumentos em janeiro, em agosto e depois, para a maioria, em dezembro com retroativos a janeiro.

Há que dizer que o valor líquido que o trabalhador auferir de salários é efetivamente pouco, mas o valor bruto, que a Misericórdia assume, representa perto do dobro dessa importância. Veja-se que só em despesas de pessoal contabilizou-se o valor de 1.923.698,25 €, mais 140.187,19 € que no ano anterior.

A Misericórdia tem vindo a praticar ainda regalias laborais para além da lei:

- A refeição (almoço ou jantar) é na Instituição e esse período conta como tempo no horário de trabalho (30 minutos);
- Para o pequeno-almoço, que a Misericórdia assume, há 15 minutos que também contam como horário de trabalho. E o mesmo acontece com o lanche.
- O trabalhador tem direito a uma hora de descanso no período de trabalho diário, mas por conta do trabalhador. Nós acordamos, como a lei admite, apenas meia hora, mas por conta da entidade patronal.
- Os feriados são pagos com acréscimo de 100% ou em alternativa tem de ser concedido um dia de folga, como determina agora a lei.
- A tarde de 24 de dezembro é paga com acréscimo de 100% apesar de se tratar de horário normal.
- O dia da festa do Senhor da Piedade é pago com acréscimo de 100% apesar de se tratar horário normal.



ERPI

Como nos anos anteriores, melhoramos o serviço e as instalações, com um grande investimento.

As atividades de animação representam um leque de iniciativas regulares importantes na ocupação e socialização dos utentes.

Nesta valência temos 2 encarregadas, 15 ajudantes de lar ou ação direta, 15 trabalhadores de serviços gerais e 2 enfermeiras, cumprindo por excesso o número exigido de trabalhadores.

Equipamentos

- Aquisição de 24 tv's
- Aquisição de viatura elétrica apoio social geral
- Viatura elétrica aprovada em sede de candidatura PRR – em concurso
- Equipamento de cozinha – 9.700,00 €
- Luminárias – 8.500,00 €

Obras

Gastamos cerca de 20.000,00 € em pequenas obras e outros investimentos

- Empreitada requalificação interior do Lar (zona antiga) em conclusão
Valor empreitada: 291.000,00€
Valor trabalhos a mais/complementares: 142.096,36 €
Valor financiamento obra PARES (inclui mobiliário): 311.995,00€ (valor aprovado)
- Candidatura beneficiação energética NORTE 2030 – aguarda apreciação
- Outras pequenas reparações no edifício
- Medidas de autoproteção – 9.424,00 €

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de apoio domiciliário continua a diminuir e poderá extinguir-se por falta de procura. As exigências da Segurança Social crescem e criam problemas a esta resposta social apesar de ser de pequena dimensão na estrutura da Misericórdia.

Apesar das dificuldades continuamos a prestar o serviço da melhor forma e temos vindo a enquadrar as exigências.

Temos uma viatura afeta a este serviço, uma funcionária e uma que cobre as folgas, fins-de-semana, mais serviço de cozinha, para além da lavandaria, pois o SAD compreende alimentação, tratamento de roupa e limpeza de casa, podendo acrescentar outros serviços à parte.

Equipamentos

- Viatura elétrica aprovada em sede de candidatura PRR – adjudicada

CRECHE

A Creche continua a apresentar dificuldades, apesar do crescimento em anos anteriores. A gratuitidade trouxe também mais crianças à creche. Criamos condições para abrir mais salas, agora com 3 educadoras de infância e mais auxiliares, e respondemos às famílias e acolhemos mais de 50 crianças.

Fizemos investimento em equipamento de cerca de 6.000,00 € e 15.000,00 € em obras.

Obras e Equipamentos

- Candidatura beneficiação energética NORTE 2030 – aguarda apreciação

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A exploração da UCC é problemática. Uma unidade igual a esta em Braga ou no Porto gasta menos 40.000,00 € de aquecimento por ano, e recebe o mesmo valor de financiamento. E estes últimos anos houve ainda o aumento do custo do gás para aquecimento. Foi o aumento do financiamento do Governo que veio trazer um novo alento.

Concluímos as obras de reparação da tubagem e as obras de revestimento exteriores, ambas suportadas pela garantia do empreiteiro.

Obras e Equipamentos

- Substituição de tubagem aquecimento (debitar ao empreiteiro)
- Revestimento exterior – em conclusão
- Outras pequenas obras de conservação
- Medidas de autoproteção

Igreja da Misericórdia

A igreja continua aberta com a colaboração do Ecomuseu e vamos proceder ao registo da propriedade para legalização patrimonial e para uma possível candidatura de requalificação.

Fun
CJ
JG
Paulo Barroso

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2024

MESA ADMINISTRATIVA

O presente **Relatório de Atividades de 2024** foi apresentado, discutido e APROVADO por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 6 de março de 2025.

Montalegre, 6 março de 2025

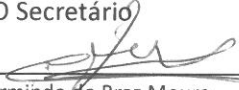
O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues

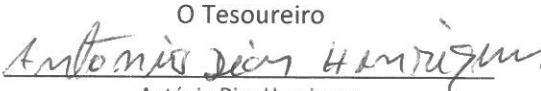
A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira

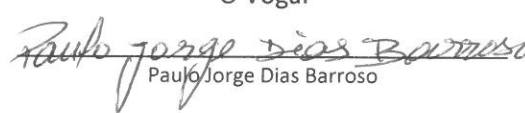
O Secretário


Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro


António Dias Henriques

O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso

ASSEMBLEIA GERAL

O presente **Relatório de Atividades de 2024** foi apresentado, discutido e APROVADO em reunião da Assembleia Geral de 26 de março de 2025

O Presidente


José Gonçalves Justo

O Vice-presidente


Paulo Jorge Dias Barroso

A Secretária


Maria Leonor Rodrigues



3. CONTAS 2024

A seguir anexamos a Conta de Gerência, Relatório de Gestão, documentos contabilísticos relativamente à análise de gastos e rendimentos, balanço e demonstração de resultados e anexamos também a Proposta de Aplicação de Resultados com o Parecer do Conselho Fiscal.

Apesar de se terem normalizado os custos com o aumento de muitos consumíveis, temos ainda custos elevados com o aquecimento a gás e há aumento dos juros da mensalidade ao banco do empréstimo da UCC que, tendo diminuindo, ainda é bastante superior ao anterior encargo.

As despesas de pessoal aumentaram 140.187,19 €.

Apesar de tudo, apresentamos um saldo significativo. Há ainda o reembolso das garantias do empreiteiro da UCC que estão à parte deste valor.

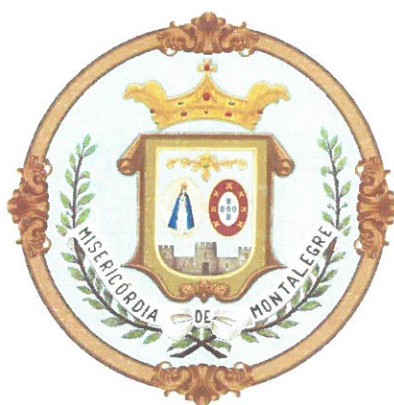
Para uma breve compreensão seguem as contas resumidamente.

- Receita: 3.391.824,25 €
- Despesa: 3.292.168,38 €
- Gastos com pessoal: 1.923.698,25 €
- Resultado líquido: 99.655,87 €
- Depreciações e amortizações: 215.735,02 €
- Passivo (empréstimo UCC): 866.521,00 €

Handwritten signatures and text:
F. Camp
Paulo Barroso

4. MAPAS CONTABILSTICOS

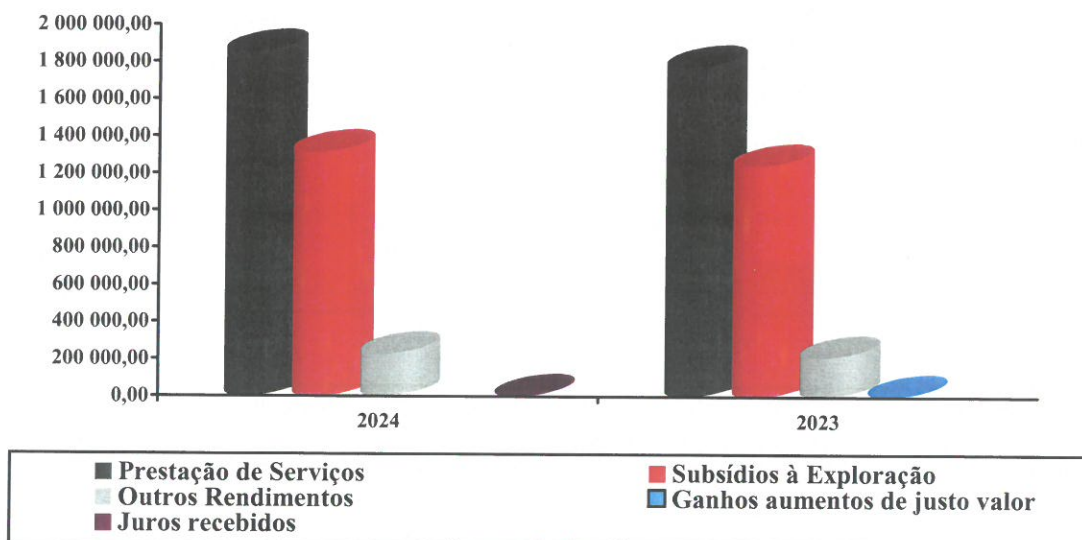
CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO 2024



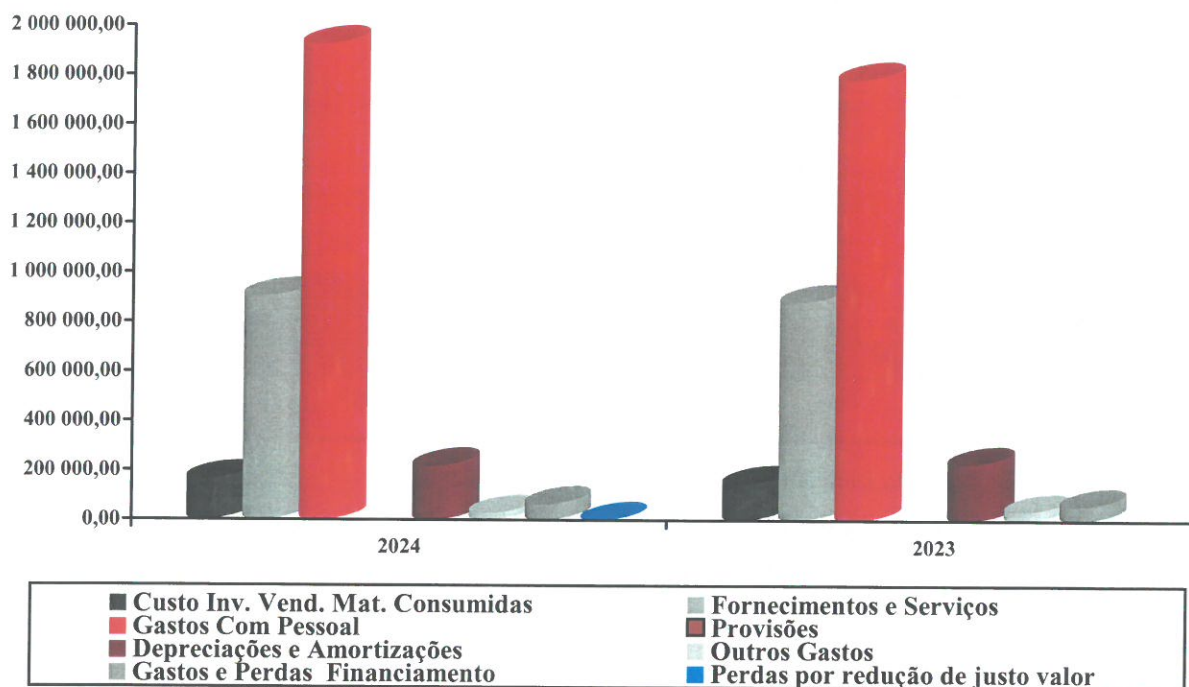


GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



GASTOS



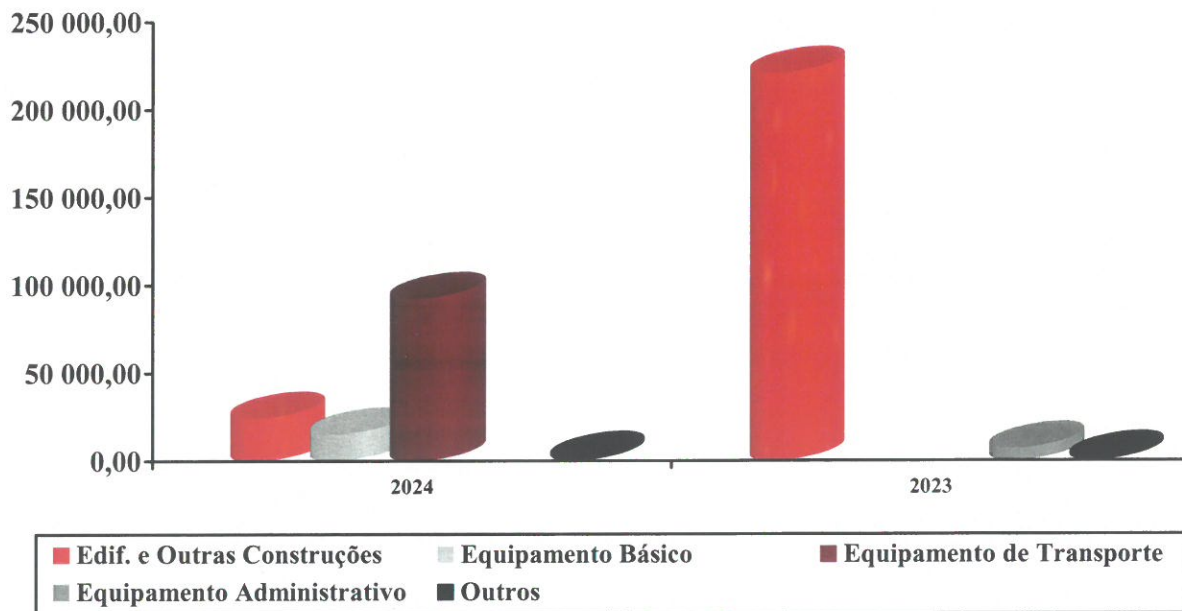
*Luís
Teresa
Amf.
João
Paulo Barros*



Santa Casa da

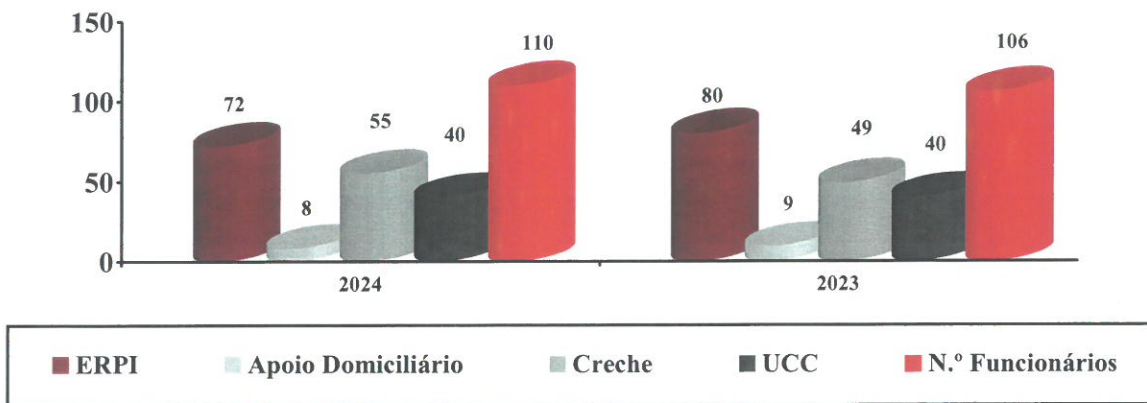
Misericórdia de Montalegre

INVESTIMENTOS



Handwritten signature and text:
Paulo Barros

CLIENTES E TRABALHADORES





Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Gastos	2024 (A)	2023 (B)	A - B	2024 (D)	A - D
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	40 842,02	40 640,20	201,82	42 000,00	-1 157,98
- Medicamentos e consumíveis	120 765,80	105 000,29	15 765,51	108 000,00	12 765,80
Total 61	161 607,82	145 640,49	15 967,33	150 000,00	11 607,82
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Subcontratos	240 767,54	226 988,88	13 778,66	241 800,00	-1 032,46
- Trabalhos especializados	123 275,80	114 077,61	9 198,19	117 700,00	5 575,80
- Publicidade e propaganda	1 084,93	6 105,49	-5 020,56	2 000,00	-915,07
- Vigilância e segurança	1 917,35	1 984,39	-67,04	2 100,00	-182,65
- Honorários	72 961,24	82 334,99	-9 373,75	66 300,00	6 661,24
- Rouparia	22 835,82	19 116,46	3 719,36	23 200,00	-364,18
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	84 623,44	62 120,71	22 502,73	71 200,00	13 423,44
- Serviços bancários	701,23	604,01	97,22	750,00	-48,77
- Outros serviços (p.eventual, art. decoração,					
- Ferramentas e utensílios	5 750,18	13 599,22	-7 849,04	5 100,00	650,18
- Material de escritório	6 567,79	8 363,42	-1 795,63	6 400,00	167,79
- Artigos p/ oferta	37,80		37,80	50,00	-12,20
- Encargos com utensiles	30 945,52	27 889,40	3 056,12	31 000,00	-54,48
- Eletricidade	69 706,21	63 141,81	6 564,40	57 100,00	12 606,21
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	154 765,55	184 016,39	-29 250,84	182 200,00	-27 434,45
- Água	8 097,78	10 514,63	-2 416,85	10 400,00	-2 302,22
- Ar medicinal					
- Deslocações e estadas	4 064,61	3 940,93	123,68	2 900,00	1 164,61
- Rendas e alugueres					
- Comunicação	8 710,75	9 191,55	-480,80	8 600,00	110,75
- Seguros	8 251,03	7 422,98	828,05	8 900,00	-648,97
- Contencioso e notariado	1 294,89	870,81	424,08	1 700,00	-405,11
- Despesas de representação	3 218,95	5 327,88	-2 108,93	3 500,00	-281,05
- Limpeza, higiene e conforto	53 162,17	32 685,85	20 476,32	50 900,00	2 262,17
- Outros fornecimentos e serviços		1,67	-1,67		
Total 62	902 740,58	880 299,08	22 441,50	893 800,00	8 940,58
63. Gastos com o pessoal					
- Vencimentos	1 583 892,01	1 472 530,74	111 361,27	1 544 000,00	39 892,01
- Encargos com segurança social	311 078,09	280 253,40	30 824,69	303 200,00	7 878,09
- Seguros de acidentes no trabalho	21 779,69	22 432,40	-652,71	22 500,00	-720,31
- Outros gastos com pessoal	6 948,46	8 294,52	-1 346,06	4 500,00	2 448,46
Total 63	1 923 698,25	1 783 511,06	140 187,19	1 874 200,00	49 498,25
64. Gastos de depreciação e de amortização	215 735,02	225 966,72	-10 231,70	223 900,00	-8 164,98
65. Perdas por imparidade					
66. Perdas por redução de justo valor	37,22		37,22		37,22
67. Provisões do período					
68. Outros gastos e perdas					
- Impostos e taxas	1 661,20	2 046,25	-385,05	1 700,00	-38,80
- Correções rel. períodos anteriores	19 848,85	27 374,73	-7 525,88	112 500,00	-92 651,15
- Quotizações	2 720,00	2 600,00	120,00	2 800,00	-80,00
- Multas	192,91	816,00	-623,09	200,00	-7,09
- Outros não especificados	1 530,00	1 940,85	-410,85	2 000,00	-470,00
Total 68	25 952,96	34 777,83	-8 824,87	119 200,00	-93 247,04
69. Gastos e perdas de financiamento	62 396,53	56 722,97	5 673,56	63 800,00	-1 403,47
Total Gastos	3 292 168,38	3 126 918,15	165 213,01	3 324 900,00	-32 731,62

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC nº 39242



Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Rendimentos	2024 (A)	2023 (B)	A - B	2024 (D)	A - D
71. Vendas					
72. Prestação de serviços					
Mensalidades	909 496,65 €	934 850,88 €	-25 354,23 €	929 500,00 €	-20 003,35 €
- Creche	7 320,02	19 492,01	-12 171,99	7 400,00	-79,98
- ERPI	675 050,09	710 877,37	-35 827,28	695 000,00	-19 949,91
- Apoio Domiciliário	14 270,68	15 459,88	-1 189,20	14 500,00	-229,32
- Unidade de cuidados continuados	212 855,86	189 021,62	23 834,24	212 600,00	255,86
Acordos Instituto Segurança Social	891 727,42	797 739,64	93 987,78	889 200,00	2 527,42
- Creche	291 925,98	216 076,70	75 849,28	285 200,00	6 725,98
- ERPI	559 908,87	536 351,68	23 557,19	564 000,00	-4 091,13
- Apoio Domiciliário	39 892,57	45 311,26	-5 418,69	40 000,00	-107,43
- Quotizações e jóias	2 136,00	3 775,50	-1 639,50	2 300,00	-164,00
- Outras prestações de serviços	47 856,71	36 645,35	11 211,36	40 400,00	7 456,71
Total 72	1 851 216,78	1 773 011,37	78 205,41	1 861 400,00	-10 183,22
74. Trabalhos p/ própria empresa					
75. Subsídios à exploração					
- Unidade de cuidados continuados	1 092 521,02	984 073,40	108 447,62	1 110 000,00	-17 478,98
- IEFEP	3 839,90	19 575,95	-15 736,05	4 000,00	-160,10
- Autarquias	216 000,00	240 000,00	-24 000,00	216 000,00	
Total 75	1 312 360,92	1 243 649,35	68 711,57	1 330 000,00	-17 639,08
76/7. Reversões/ganhos aumento justo valor		794,50	-794,50		
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Alienação ativos fixos tangíveis	15 000,00	12 683,14	2 316,86	1 000,00	14 000,00
- Descontos de p. pagamento obtidos	109,69	74,32	35,37	100,00	9,69
- Imputação de subs. para investimentos	88 449,19	87 151,44	1 297,75	85 200,00	3 249,19
- Benefícios pen. contratuais	9 511,81	4 496,75	5 015,06	5 300,00	4 211,81
- Donativos	3 316,36	3 714,63	-398,27	3 000,00	316,36
- Correções rel. períodos anteriores	12 068,12	9 454,38	2 613,74	394 000,00	-381 931,88
- Subsídio de refeição em espécie	96 763,60	92 106,58	4 657,02	101 900,00	-5 136,40
- Comparticipação funerais	1 527,78	1 441,29	86,49		1 527,78
- Outros não especificados		3,79	-3,79		
Total 78	226 746,55	211 126,32	15 620,23	590 500,00	-363 753,45
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.	1 500,00 €		1 500,00 €	1 500,00 €	
Total Rendimentos	3 391 824,25	3 228 581,54	163 242,71	3 783 400,00	-391 575,75

Resultado (Rendimentos-Gastos)	99 655,87	101 663,39	-1 970,30	458 500,00	-358 844,13
--	------------------	-------------------	------------------	-------------------	--------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2024	2023
Infância e Juventude		
Creche	55 (P44)	39 (P44)
Pré-Escolar		
Terceira Idade		
ERPI	72 (P80)	79 (P80)
Centro de Dia		
Apoio Domiciliário	8 (P20)	10 (P20)
Unidade Cuidados Continuados	40 (P40)	40 (P40)

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2024	110
2023	106

Investimentos		
	2024	2023
Edifícios	24 211,56 €	220 543,62 €
Equipamento Básico	15 157,46 €	
Equipamento Administrativo		6 794,72 €
Equipamento Transporte	92 249,99 €	
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 382,60 €	1 279,20 €
AFT em curso	580 895,54 €	
Total	713 897,15 €	228 617,54 €

A Entidade

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
Raulo Barroso

O Contabilista Certificado

[Assinatura]
Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Moeda: EUR

Balanço individual em 31-12-2024

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5 401 699,44	4 901 028,71
Ativos intangíveis	6	1 255,05	3 763,65
Investimentos financeiros	7.1	21 442,08	21 849,63
		5 424 396,57	4 926 641,99
Ativo corrente			
Inventários	8	36 005,96	46 201,63
Créditos a receber	15.1	175 119,80	188 674,80
Estado e outros entes públicos	15.2	30 269,63	16 943,39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/men	15.1	1 056,00	5 007,50
Diferimentos	15.5	23 204,77	23 230,87
Outros ativos correntes	15.1; 15.3; 15.4	69 762,10	69 374,86
Caixa e depósitos bancários	4	375 689,33	403 112,79
		711 107,59	752 545,84
Total do ativo		6 135 504,16	5 679 187,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.2	240 804,23	240 804,23
Resultados transitados	12.2	1 398 160,69	1 296 497,30
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	12.2	2 546 987,37	2 430 424,74
		4 185 952,29	3 967 726,27
Resultado líquido do período	12.2	99 655,87	101 663,39
Total do Fundo Patrimonial		4 285 608,16	4 069 389,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10		48 574,32
Financiamentos obtidos	12.1	862 905,51	946 757,66
		862 905,51	995 331,98
Passivo corrente			
Fornecedores	15.1	39 628,72	53 060,20
Estado e outros entes públicos	15.2	67 600,92	68 797,02
Financiamentos obtidos	12.1	151 554,77	135 716,32
Diferimentos	15.5		24 296,33
Outros passivos correntes	15.1; 15.3; 15.4	728 206,08	332 596,32
		986 990,49	614 466,19
Total do passivo		1 849 896,00	1 609 798,17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 135 504,16	5 679 187,83

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Moeda: EUR

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31-12-2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	276223	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	9	1 851 216,78	1 773 011,37
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1 312 360,92	1 243 649,35
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-161 607,82	-145 640,49
Fornecimentos e serviços externos	15.6	-902 740,58	-880 299,08
Gastos com o pessoal	13	-1 923 698,25	-1 783 511,06
Aumentos/reduções de justo valor	7.2	-37,22	794,50
Outros rendimentos	11	226 746,55	211 126,32
Outros gastos	15.7	-25 952,96	-34 777,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		376 287,42	384 353,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-215 735,02	-225 966,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		160 552,40	158 386,36
Juros e rendimentos similares obtidos	9; 15.9	1 500,00	
Juros e gastos similares suportados	15.8	-62 396,53	-56 722,97
Resultado antes de impostos		99 655,87	101 663,39
Resultado líquido do período		99 655,87	101 663,39

A Entidade

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Raul Barroso

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Moeda: EUR

Demonstração individual de fluxos de caixa período findo em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		959 159,82	965 903,88
Recebimentos de subvenções		1 994 064,40	1 807 115,14
Pagamentos a fornecedores		-1 144 162,12	-1 085 764,01
Pagamentos ao pessoal		-1 763 042,50	-1 656 486,02
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		46 019,60	30 768,99
Outros recebimentos/pagamentos		201 103,53	46 489,37
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		247 123,13	77 258,36
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-491 015,52	-148 952,90
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		180 011,82	
Juros e rendimentos similares		1 500,00	
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		-309 503,70	-148 952,90
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			-9 772,60
Subsídios e doações		242 151,33	271 774,90
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-145 397,70	-113 777,95
Juros e gastos similares		-61 796,52	-56 723,28
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		34 957,11	91 501,07
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-27 423,46	19 806,53
Caixa e seus equivalentes no início do período		403 112,79	383 306,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período		375 689,33	403 112,79

A Entidade

[Handwritten signatures]
Paulo Barros

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
Luís Leite
C C n.º 39242



Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos fundos patrimoniais no período 2023

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Total	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	240 804,23	1 282 020,84	2 517 576,18	14 476,46		4 054 877,71	4 054 877,71
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
			14 476,46	-87 151,44	-14 476,46		-87 151,44	-87 151,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2		14 476,46	-87 151,44	-14 476,46		-87 151,44	-87 151,44
RESULTADO INTEGRAL	3				101 663,39		101 663,39	101 663,39
	4=2+3				87 186,93		14 511,95	14 511,95
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6=1+2+3+5	240 804,23	1 296 497,31	2 430 424,74	101 663,39		4 069 389,67	4 069 389,67

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2024

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Total	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	240 804,23	1 296 497,30	2 430 424,74	101 663,39		4 069 389,66	4 069 389,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
			101 663,39	116 562,63	-101 663,39		116 562,63	116 562,63
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2		101 663,39	116 562,63	-101 663,39		116 562,63	116 562,63
RESULTADO INTEGRAL	3				99 655,87		99 655,87	99 655,87
	4=2+3				-2 007,52		216 218,50	216 218,50
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+5	240 804,23	1 398 160,69	2 546 987,37	99 655,87		4 285 608,16	4 285 608,16

A Entidade

O Contabilista Certificado

Raulo Barros



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' at the top and several names below.

ANEXO
(Período 2024)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre

NIPC 501 745 963

1.2 – Sede

Rua General Humberto Delgado, n.º 473

5470-247 Montalegre

1.3 – Natureza da atividade

A Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (ERPI).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração, bem como a Resposta Social de Apoio Domiciliário e Creche.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso nº 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:



[Handwritten signature and initials]
Alguém
Raul Barron

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade.



As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alteração das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento



em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 3 anos para os projetos de desenvolvimento.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que as prestações de serviços são reconhecidas.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' and several names like 'Paulo' and 'Rafael'.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.



Handwritten signature and initials in blue ink, including 'Fim', 'Ocup', 'Aqui', and 'Paulo Barbosa'.

3.1.2.8 – Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.1.2.9 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento, exceto o valor das participações mensais pagas pelo Instituto da



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' and names like 'Cury', 'Hm', and 'Rafael Barros'.

Segurança Social para as diversas respostas sociais que passam a ser contabilizados no rédito.

3.1.2.11 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.12 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2025.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2024 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2024	2023
Caixa	406,51	504,92
Depósitos à ordem	375 282,82	402 607,87
Total	375 689,33	403 112,79

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Handwritten signature and initials in blue ink.

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Terrenos e rec. naturais	59 629,30		-597,56	59 031,74			59 031,74
Edifícios e outras construções	7 068 690,95	220 543,62		7 289 234,57	24 211,56		7 313 446,13
Equipamento básico	801 050,51			801 050,51	15 157,46		816 207,97
Equipamento de transporte	186 021,32		-11 971,15	174 050,17	92 249,99	-36 100,00	230 200,16
Equipamento administrativo	124 613,45	6 794,72		131 408,17			131 408,17
Outros ativos fixos tangíveis	215 201,58	1 279,20		216 480,78	1 382,60		217 863,38
AFT em curso	33 716,59		-30 984,84	2 731,75	580 895,54		583 627,29
Sub-total	8 488 923,70	228 617,54	-43 553,55	8 673 987,69	713 897,15	-36 100,00	9 351 784,84
Depreciações e perdas por imparidade	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Edifícios e outras construções	2 466 778,04	138 610,53		2 605 388,57	140 558,27		2 745 946,84
Equipamento básico	651 909,76	58 569,72	-0,01	710 479,47	43 543,90		754 023,37
Equipamento de transporte	179 225,49	5 825,00	-11 971,15	173 079,34	10 069,78	-36 100,00	147 049,12
Equipamento administrativo	100 602,59	8 689,02		109 291,61	7 704,74		116 996,35
Outros ativos fixos tangíveis	162 956,13	11 763,86		174 719,99	11 349,73		186 069,72
Sub-total	3 561 472,01	223 458,13	-11 971,16	3 772 958,98	213 226,42	-36 100,00	3 950 085,40
Quantias líquidas escrituradas	4 927 451,69	5 159,41	-31 582,39	4 901 028,71	500 670,73		5 401 699,44

6 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Projetos de desenvolvimento	193 520,17	1 806,35		195 326,52			195 326,52
Programas de computador	7 788,18		-1 806,05	5 982,13			5 982,13
Outros ativos intangíveis	1 660,50			1 660,50			1 660,50
Sub-total	202 968,85	1 806,35	-1 806,05	202 969,15			202 969,15
Amortizações e perdas por imparidade	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Projetos de desenvolvimento	187 248,22	4 314,65		191 562,87	2 508,60		194 071,47
Programas de computador	7 788,18		-1 806,05	5 982,13			5 982,13
Outros ativos intangíveis	1 660,50			1 660,50			1 660,50
Sub-total	196 696,90	4 314,65	-1 806,05	199 205,50	2 508,60		201 714,10
Quantias líquidas escrituradas	6 271,95	-2 508,30		3 763,65	-2 508,60		1 255,05



Handwritten signature and initials in blue ink.

7 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

7.1

Entidades	2022	Aumentos	Diminuições	2023	Aumentos	Diminuições	2024
Fundo compensação trabalho	19 877,60	2 463,70	1 524,20	20 817,10		407,55	20 409,55
FRSS	532,53			532,53			532,53
Outros títulos		500,00		500,00			500,00
Total	20 410,13	2 963,70	1 524,20	21 849,63		407,55	21 442,08

7.2 As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor.

Entidades	2024		2023	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo compensação trabalho		-37,22	794,50	
Total		-37,22	794,50	
Aumentos/reduções de justo valor		-37,22		794,50

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2024	2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36 005,96	46 201,63
Total	36 005,96	46 201,63



Handwritten signature and notes in blue ink.

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2024			2023		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período		46 201,63	46 201,63		42 172,70	42 172,70
Compras		151 412,15	151 412,15		149 615,16	149 615,16
Regularizações					54,26	54,26
Inventários no fim do período		36 005,96	36 005,96		46 201,63	46 201,63
CMVMC		161 607,82	161 607,82		145 640,49	145 640,49

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2024	2023
Prestação de serviços	1 851 216,78	1 773 011,37
Juros	1 500,00	
Total	1 852 716,78	1 773 011,37

10 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões		Processos judiciais em curso	Total
Saldo inicial em 01.01.2023		-67 598,61	-67 598,61
Aumentos	Ganhos registados nas demonstrações financeiras	19 024,29	19 024,29
	Aquisições		
Reduções	Perdas registados nas demonstrações financeiras		
	Alienações		
Saldo final em 31.12.2023 / saldo inicial em 01.01.2024		-48 574,32	-48 574,32
Aumentos	Ganhos registados nas demonstrações financeiras		
	Aquisições		
Reduções	Perdas registados nas demonstrações financeiras	-48 574,32	-48 574,32
	Alienações		
Saldo Final em 31.12.2024			



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

10.1 No final do exercício existiam 2 processos judiciais em curso a favor da Santa Casa da Misericórdia:

- Em 14 de maio de 2021, a Santa Casa da Misericórdia, na qualidade de Autora, apresentou uma ação declarativa de condenação sob a forma de processo comum, com o valor de € 109.827,81, contra a Norcep Construções S.A., que deu origem ao processo 146/22.4 BEMDL. A ação tem algumas probabilidades de sucesso, pelo que se torna relevante este facto ser divulgado.
- Em 18 de julho de 2021, a Santa Casa da Misericórdia, na qualidade de Autora, apresentou uma ação declarativa de condenação sob a forma de processo comum, com o valor de € 70.257,60, contra a Norcep Construções S.A., que deu origem ao processo 218/22.5 BEMDL. A ação tem algumas probabilidades de sucesso, pelo que se torna importante ser divulgado no presente anexo.

No âmbito do processo n.º 1598/20.2 T8VRL intentado pela Norcep Construções, S.A. contra a ISCM Montalegre relativo a trabalhos a mais no valor de € 420.438,71, foi em 09/03/2023 proferida sentença de condenação da Irmandade ao pagamento da quantia de 48.574,32 euros (acrescida de juros de mora, à taxa legal, comercial, contados desde a data da presente decisão até integral pagamento). Após ambas as partes terem recorrido desta sentença, a SCMM foi notificada do Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 14 de março de 2024, confirmando a sentença recorrida, ficando a mesma condenada ao pagamento de € 48.574,32, cujo valor já foi pago.

Não existem, à data de 31/12/2024, outros pleitos ou ações judiciais, nem assuntos processuais de natureza judicial, reclamações ou outros processos pendentes.

11 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

11.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na



proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período, encontrando-se incluídos na rubrica “Outros rendimentos”, na Demonstração de resultados por natureza.

	2024	2023
Imputação de sub. para investimentos	88 449,19	87 151,44

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2024	2023
Instituto Segurança Social	380 127,55	331 492,62
Administração Regional de Saúde	712 393,47	652 580,78
IEFP	3 839,90	19 575,95
Autarquias	216 000,00	240 000,00
Total	1 312 360,92	1 243 649,35

12– Instrumentos financeiros

12.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2023				
CA Empréstimo nº 56051116875	134 808,19	674 040,95	272 716,71	1 081 565,85
RCI Banke nº ALF20650188001 (81-ZX-32)	908,13			908,13
Total	135 716,32	674 040,95	272 716,71	1 082 473,98
2024				
CA Empréstimo nº 56051116875	137 529,19	687 645,95	136 164,91	961 340,05
BBVA Nº 30048408 (BJ-88-OD)	7 500,05	18 368,31		25 868,36
BBVA Nº 30048488 (BM-81-TS)	6 525,53	20 726,34		27 251,87
Total	151 554,77	726 740,60	136 164,91	1 014 460,28
Variação (2024-2023)	15 838,45	52 699,65	-136 551,80	-68 013,70

12.2 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2022	Aumentos	Reduções	2023	Aumentos	Reduções	2024
Fundos líquidos	240 804,23			240 804,23			240 804,23
Resultados transitados	1 282 020,84	14 476,46		1 296 497,30	101 663,39		1 398 160,69
Outras variações no fundo patrimonial	2 517 576,18		-87 151,44	2 430 424,74	205 011,86	-88 449,23	2 546 987,37
Resultado líquido	14 476,46	101 663,39	-14 476,46	101 663,39	99 655,87	-101 663,39	99 655,87
Total	4 054 877,71	116 139,85	-101 627,90	4 069 389,66	406 331,12	-190 112,62	4 285 608,16



[Handwritten signature]

14.4 – Os honorários do Revisor Oficial de Contas, para 2024, são de 5.904,00€.

15 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

15.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2024			2023		
Clientes/Utentes	175 119,80		175 119,80	188 674,80		188 674,80
Irmãos	1 056,00		1 056,00	5 007,50		5 007,50
Outros créditos a receber	69 762,10		69 762,10	69 374,86		69 374,86
Total	245 937,90		245 937,90	263 057,16		263 057,16
Passivos	2024			2023		
Fornecedores	39 628,72		39 628,72	53 060,20		53 060,20
Fornecedores de investimentos	113 413,47		113 413,47	24 725,00		24 725,00
Outras dívidas a pagar	614 792,61		614 792,61	307 871,32		307 871,32
Total	767 834,80		767 834,80	385 656,52		385 656,52

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

15.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2024	2023
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	375,00	
EOEP - IVA	29 894,63	16 943,39
Total	30 269,63	16 943,39
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	15 078,01	12 889,60
EOEP - IVA	8 749,93	20 879,05
EOEP - Segurança Social	43 772,98	35 028,37
Total	67 600,92	68 797,02



Handwritten signature and initials in blue ink.

13 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

13.1 – Número médio de empregados

O número médio de empregados no ano de 2024 foi de 110.

Gastos com pessoal	2024	2023
Órgãos Sociais:	38 015,10	35 898,78
Remunerações	32 465,40	30 658,23
Encargos seg. social	5 549,70	5 240,55
Funcionários:	1 856 955,00	1 716 885,36
Remunerações	1 551 426,61	1 441 872,51
Encargos seg. social	305 528,39	275 012,85
Seguros	21 779,69	22 432,40
Outros	6 948,46	8 294,52
Total	1 923 698,25	1 783 511,06

13.2 – Órgãos sociais

O número de membros dos órgãos sociais ascende a 17, entre membros efetivos e suplentes.

A Assembleia Geral é composta por 3 membros, a Mesa Administrativa por 8 (5 efetivos e 3 suplentes) e o Conselho Fiscal por 6 (3 efetivos e 3 suplentes).

13.3 – Número médio de voluntários

Não existem

14 – Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Mesa Administrativa informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

14.2 – A Mesa Administrativa informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

14.3 – A 31 de dezembro de 2024 os salários em dívida aos funcionários foram pagos em janeiro de 2025.



15.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2024	2023
Ativo - outros ativos correntes		
Devedores por acréscimos de rendimentos	58 227,96	55 668,76
IEFP	4 034,14	12 975,36
Fornecedores saldo devedor		730,74
PRR-RE (Viatura Elétrica)	7 500,00	
Total	69 762,10	69 374,86
Passivo - outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	294 895,72	290 537,69
Fornecedores de investimento	113 413,47	24 725,00
IEFP	1 503,72	1 503,72
Cofre utentes	14 800,90	12 650,24
Altura Dinâmica (Garantia Obra)	15 178,56	3 179,67
Remunerações a pagar	1 459,62	
Garantia Bancária Obra UCCI	284 189,56	
Outros	2 764,53	
Total	728 206,08	332 596,32

O valor inscrito na rubrica do passivo “Garantia Bancária Obra UCCI” refere-se a garantias bancárias prestadas por fornecedores que foram acionadas pela Irmandade junto ao banco Caixa Geral de Depósitos, S.A. e são relativas a processos judiciais em curso.

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.



Handwritten signature and name: Paulo Barros

15.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2024	2023
Ativo - acréscimos de rendimentos		
Faturação UCCI	58 227,96	55 668,76
Total	58 227,96	55 668,76
Passivo - acréscimos de gastos		
Férias e sub. férias a liquidar	264 610,64	246 562,35
Elettricidade, água, comunicação a liquidar	30 285,08	43 975,34
Total	294 895,72	290 537,69

15.5 – Diferimentos

Diferimentos	2024	2023
Ativo - Gastos a reconhecer		
Trabalhos especializados	3 804,43	2 114,20
Seguros	10 762,66	10 053,27
Limpeza, higiene e conforto	8 637,68	11 063,40
Total	23 204,77	23 230,87
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
IEFP		8 797,80
Comparticipação ERPI		14 112,30
Comparticipação SAD		1 386,23
Total		24 296,33



15.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2024	2023
Subcontratos	240 767,54	226 988,88
Trabalhos especializados	123 275,80	114 077,61
Publicidade e propaganda	1 084,93	6 105,49
Vigilância e segurança	1 917,35	1 984,39
Honorários	72 961,24	82 334,99
Conservação e reparação-edifícios o. const.	74 604,61	41 549,60
Conservação e reparação-eq. Básico	5 532,12	10 275,68
Conservação e reparação-eq. transporte	4 022,35	4 699,62
Conservação e reparação-eq. administrativo	464,36	5 595,81
Serviços bancários	701,23	604,01
Ferramentas e utensílios	5 750,18	13 599,22
Material de escritório	6 567,79	8 363,42
Material didático	3 392,06	1 919,42
Rouparia	22 835,82	19 116,46
Encargos de saúde utentes	27 553,46	25 928,28
Eletricidade	69 706,21	63 141,81
Combustíveis	154 765,55	184 016,39
Água	8 097,78	10 514,63
Deslocações e estadas	4 043,08	3 940,93
Transporte de mercadorias	21,53	
Comunicação	8 710,75	9 191,55
Seguros	8 251,03	7 422,98
Contencioso e notariado	1 294,89	870,81
Despesas de representação	3 218,95	5 327,88
Limpeza, higiene e conforto	53 162,17	32 685,85
Outros FSE	37,80	43,37
Total	902 740,58	880 299,08

Handwritten signatures and initials:
- Top right: Blue ink signature
- Middle right: Black ink signature
- Bottom right: Black ink signature
- Far right: Black ink signature



Handwritten signature and name: Paulo Barros

15.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2024	2023
Impostos	158,29	154,12
Taxas	1 502,91	1 892,13
Correções de períodos anteriores	19 848,85	27 374,73
Quotizações	2 720,00	2 600,00
Multas e penalidades	192,91	816,00
Funerais	1 530,00	1 940,00
Outros		0,85
Total	25 952,96	34 777,83

15.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2024	2023
Juros suportados	60 935,59	56 482,97
Despesas bancárias e comissões	1 460,94	240,00
Total	62 396,53	56 722,97

15.9 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2024	2023
Alienação ativos tangíveis	15 000,00	12 683,14
Descontos pp obtidos	109,69	74,32
Correções de períodos anteriores	12 068,12	9 454,38
Imputação de sub. investimento	88 449,19	87 151,44
Comparticipações funerais	1 527,78	1 441,29
Reposição do subsídio refeição em espécie	96 763,60	92 106,58
Donativos	3 316,36	3 714,63
Benefícios de penalidades contratuais	9 511,81	4 496,75
Juros obtidos de depósitos bancários	1 500,00	
Outros		3,79
Total	228 246,55	211 126,32

15.10 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2024 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 99.655,87€ para Resultados Transitados.



Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Montalegre, 12 de março de 2025

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Raul Barroso

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da

Misericórdia de Montalegre

Paulo Barros

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024



Handwritten signature: Rui Afonso

Handwritten signature: Paulo Branco

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2024)

Ex.mos Irmãos

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à **Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2024, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 99.655,87€, o qual demonstra os esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição e uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução das prestações de serviços

	2024	2023	Incremento no V. Negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	1 851 216,78	1 773 011,37	78 205,41	4,41%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)



F. A. F.
A. F.
J. F.
R. B. B.

Quadro da evolução dos gastos

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	161 607,82	145 640,49	15 967,33	10,96%
FSE	902 740,58	880 299,08	22 441,50	2,55%
Subcontratos	240 767,54	226 988,88	13 778,66	6,07%
Trabalhos especializados	123 275,80	114 077,61	9 198,19	8,06%
Publicidade e propaganda	1 084,93	6 105,49	-5 020,56	-82,23%
Honorários	72 961,24	82 334,99	-9 373,75	-11,38%
Conservação e reparação	84 623,44	62 120,71	22 502,73	36,22%
Ferramentas e utensílios	5 750,18	13 599,22	-7 849,04	-57,72%
Artigos para oferta	37,80		37,80	
Eletricidade	69 706,21	63 141,81	6 564,40	10,40%
Combustíveis	154 765,55	184 016,39	-29 250,84	-15,90%
Deslocações e estadas	4 043,08	3 940,93	102,15	2,59%
Transportes de mercadorias	21,53		21,53	
Comunicação	8 710,75	9 191,55	-480,80	-5,23%
Despesas de representação	3 218,95	5 327,88	-2 108,93	-39,58%
Outros	133 773,58	109 453,62	24 319,96	22,22%
Gastos com pessoal	1 923 698,25	1 783 511,06	140 187,19	7,86%
Aumentos/reduções de justo valor	-37,22		-37,22	
Depreciações e amortizações	215 735,02	225 966,72	-10 231,70	-4,53%
Outros gastos e perdas	25 952,96	34 777,83	-8 824,87	-25,37%
Juros	60 935,59	56 482,97	4 452,62	7,88%
Outros gastos e perdas financiamento	1 460,94	240,00	1 220,94	508,73%
Total dos gastos e perdas financ.	62 396,53	56 722,97	5 673,56	10,00%
Total dos gastos e perdas	3 292 168,38	3 126 918,15	165 250,23	5,28%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2024 a 3.163.577,70€ (3.016.660,72€ em 2023).

Evolução dos rendimentos

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	1 851 216,78	1 773 011,37	78 205,41	4,41%
Subsídios à exploração	1 312 360,92	1 243 649,35	68 711,57	5,52%
Ganhos por aumentos de justo valor		794,50	-794,50	-100,00%
Outros rendimentos	226 746,55	211 126,32	15 620,23	7,40%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 500,00		1 500,00	
Total dos rendimentos	3 391 824,25	3 228 581,54	163 242,71	5,06%



Fun
Cuf
Agua
JL
2
Paulo Barroso

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro das adições de ativos fixos tangíveis

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	24 211,56	220 543,62	-196 332,06	-89,02%
Equipamento básico	15 157,46		15 157,46	
Equipamento de transporte	92 249,99		92 249,99	
Equipamento administrativo		6 794,72	-6 794,72	-100,00%
Outros ativos fixos tangíveis	1 382,60	1 279,20	103,40	8,08%
AFT em curso	580 895,54		580 895,54	
Total	713 897,15	228 617,54	485 279,61	212,27%

Quadro de valores brutos de ativos fixos tangíveis

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	59 031,74	59 031,74		
Edifícios	7 313 446,13	7 289 234,57	24 211,56	0,33%
Equipamento básico	816 207,97	801 050,51	15 157,46	1,89%
Equipamento de transporte	230 200,16	174 050,17	56 149,99	32,26%
Equipamento administrativo	131 408,17	131 408,17		
Outros ativos fixos tangíveis	217 863,38	216 480,78	1 382,60	0,64%
AFT em curso	583 627,29	2 731,75	580 895,54	21264,59%
Total	9 351 784,84	8 673 987,69	677 797,15	7,81%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes e irmãos (quotas), ascendem a 276.207,53€ (280.000,55€ em 2023).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 1.849.896,00€ (1.536.927,52€ em 2023).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.



*Fun
Cuep*
Paulo Barros

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Não existem situações previsíveis de colocar em causa a continuidade da Entidade, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2024 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 99.655,87€ para Resultados Transitados.



13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Montalegre, 12 de março de 2025

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures]
Paulo Barroso



Contribuinte nº 501745963

O Contabilista Certificado **Luís Fernando de Carvalho Leite**, CC nº **39242**, no âmbito das suas funções, vem por este meio solicitar ao órgão de gestão da entidade **Irmandade Santa Casa Misericórdia de Montalegre** informações para o cumprimento declarativo na IES (Informação Empresarial Simplificada), que a seguir se detalha:

1. Quadro 11 da folha de rosto da IES – Confirmação anual do beneficiário efetivo

Pretende optar por efetuar a confirmação anual do beneficiário através da IES ou pretende efetuar essa confirmação diretamente no registo central do beneficiário efetivo? RCB

Optando por efetuar a referida confirmação anual através da IES, indique, com referência ao último dia do ano civil do exercício findo a que respeita esta declaração.

Se confirma a informação constante do RCBE, ou seja, se a mesma se encontra exata, suficiente e atual. _____

Atesta-se, ainda, que a informação indicada corresponde à verdade,

31 de Dezembro de 2024

A Entidade

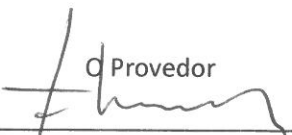
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Paulo Barroso

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido Positivo** de 99.655,87 €, nas contas de 2024, seja transferido para Resultados Transitados.

Montalegre, 6 março de 2025

O Provedor


Ferreiro José Gomes Rodrigues

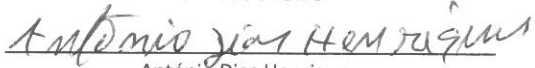
A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira

O Secretário


Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro


António Dias Henriques

O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: Relatório de Atividades, Conta de Gerência de 2024 e Relatório de Gestão e Aplicação de Resultados

Aos 6 dias do mês de março de 2025 reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, a fim de apreciar o Relatório de Atividades e Contas de 2023 e de se pronunciar sobre a Aplicação de Resultados, de acordo com o disposto na alínea c) do Artigo 31.º do Compromisso, e para emitir o seu **PARECER** solicitado pela Mesa Administrativa.

1. Foi objeto de análise o **Relatório de Atividades 2024** das várias valências e setores apresentado pela Mesa Administrativa, considerando-se haver um trabalho positivo de toda a estrutura, pelo que se emite **PARECER FAVORÁVEL**.
2. Sobre a **Conta de Gerência e Relatório de Gestão**, e tendo em conta o orçamento inicial e o retificativo, oportunamente aprovados, pode constatar-se que a execução orçamental, receita e despesa comportou-se conforme previsto nos documentos previsionais com exceção da execução das garantias do empreiteiro da UCC.

Na sequência de informação prestada pela Mesa Administrativa, e através dos documentos elaborados pelo gabinete de contabilidade, efetuou-se uma análise à Conta de Gerência, bem como à evolução e comportamento das receitas e despesas da exploração e verifica-se a regular liquidação de 18.000,00 € mês, por parte da Câmara, referente ao acordo para a obra da UCC.

Devemos salientar ainda:

- a. Apuramento de 215.735,00 € de **Depreciações e Amortizações**;
- b. Diminuição do **Passivo** de dívida da UCC, fixando-se assim em 866.689,00 €.
- c. E, apesar da inflação e continuação dos preços altos da energia, o **Resultado Líquido Positivo** 99.655,87 €.

Por tudo isto emite-se **PARECER FAVORÁVEL**.



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

3. A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido** de 99.655,87 € seja transferido para **Resultados Transitados**.

A proposta de **Aplicação de Resultados** positivos merece também **PARECER FAVORÁVEL**.

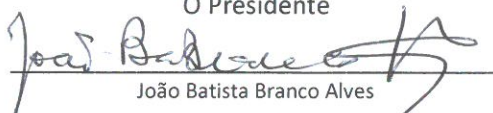
PARECER:

Face ao exposto é emitido **PARECER FAVORÁVEL** e recomendamos aos Irmãos:

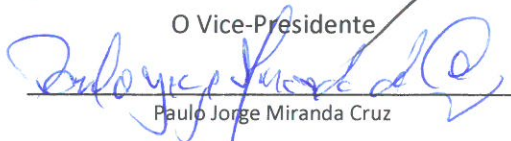
1. Que aprovem o **Relatório de Atividades de 2024**
2. Que aprovem o **Conta de Gerência 2024 e Relatório de Gestão**
3. **Aplicação de Resultados** – Que o **Resultado Líquido** positivo de 99.655,87 € seja transferido para **Resultados Transitados**, conforme proposta da Mesa Administrativa.

Montalegre, 6 de março 2025

O Presidente


João Batista Branco Alves

O Vice-Presidente


Paulo Jorge Miranda Cruz

O Secretário


Alberto Martins Carvalho

CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS

Exmos. Irmãos,

Aqui fica o resumo das contas e da nossa atividade no último ano, que exigiu muito trabalho e muita dedicação.

Mesmo retirando o encaixe das garantias, conseguimos um desempenho financeiro aceitável, mas continuamos com dificuldades para fazer frente aos aumentos salariais desejáveis, e sobretudo à necessária renovação dos edifícios e equipamentos, do lar e da creche, apesar de grandes investimentos.

Agradecemos à Câmara Municipal que assume o pagamento do empréstimo para a obra da UCC, salientando que isso se traduz nos serviços sociais e de saúde, mas também na criação de 44 postos de trabalho, de entre os mais de 100 trabalhadores da Instituição.

Montalegre, 6 de março de 2025

O Provedor

Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora

Maria Manuela Flambo Pedreira

O Secretário

Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro

António Dias Henriques

O Vogal

Paulo Jorge Dias Barroso

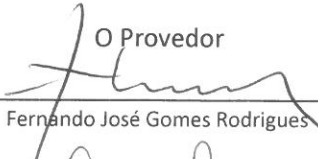
APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2023

MESA ADMINISTRATIVA

A presente **Conta de Gerência e Relatório de Gestão de 2024** foram apresentados, discutidos e APROVADOS por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 6 de março de 2025, assim como a **Proposta de Aplicação de Resultados**, que mereceram PARECER FAVORÁVEL do Conselho Fiscal que se encontra anexo aos documentos.

Montalegre, 6 de março de 2025

O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues

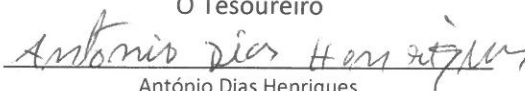
A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira

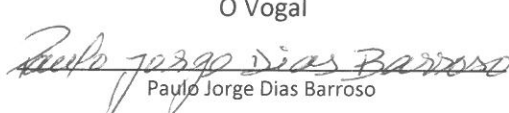
O Secretário


Alberto Armino do Braz Moura

O Tesoureiro


António Dias Henriques

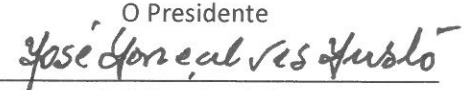
O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso

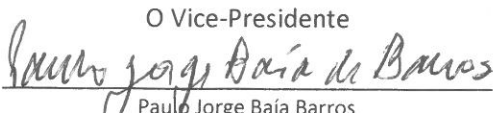
ASSEMBLEIA GERAL

A presente **Conta de Gerência e Relatório de Contas de 2024, a Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Conselho Fiscal**, foram apresentados, discutidos e aprovados em reunião da Assembleia Geral de 26 de março de 2025.

O Presidente


José Gonçalves Justo

O Vice-Presidente


Paulo Jorge Baía de Barros

1.ª A Secretária (Substituição)


Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes